

## O PAPEL DO LIVRO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE TOLERÂNCIA

**Valéria Marinho Guimarães**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)  
Brasil

### RESUMO

Examina uma das funções do livro no processo histórico em que se incrementou e se consolidou uma cultura de tolerância. Pressupõe que um desafio fundamental da história do livro, na atualidade, consiste em compreender como as apropriações particulares e inventivas dos leitores singulares (ou dos espectadores) dependem, globalmente, dos efeitos de sentido visados pelas próprias obras e dos usos e das significações impostas pelas formas de sua publicação e circulação. Toma a obra de Erasmo 'Elogio da loucura' como marco básico no processo histórico focalizado. Põe em destaque a contribuição literária de Cervantes. Demonstra como o pensamento liberal, na primeira modernidade ocidental, favoreceu a consolidação de uma cultura de tolerância. Discute a relevância contemporânea de obras de autores como Mandela e Walzer, que se aproximam na defesa de uma democracia pluralista, incluyente, iluminada pela tolerância.

**Palavras-Chave:** História do Livro; Leitura; Cultura de Tolerância; Direitos Civis.

### THE FUNCTION OF THE BOOK IN THE PROCESS OF CONSTRUCTION OF A CULTURE OF TOLERANCE

### ABSTRACT

It examines the role of the book in the historical process in which a culture of toleration has been improved and consolidated. It assumes that a fundamental challenge faced by book history currently consists in understanding the way the particular and inventive appropriations due to singular readers (or to spectators) globally depend upon the significant effects aimed by the works themselves and the uses and significations imposed by the forms of their publication and circulation. It takes Erasmus 'Praise of folly' as a basic landmark in the historical process in focus. It stresses Cervante's literary contribution. It demonstrates how much liberal thought, in the first Western modernity, has favored the consolidation of a culture of toleration. It discusses the present-day relevance of works written by Mandela and Walzer, who converge themselves in the defense of a pluralist, inclusive democracy, illuminated by toleration.

**Keywords:** Book History; Reading; Culture of Toleration; Civil Rights.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a examinar o papel histórico de livros que, desde o Renascimento até o fim

do Século XX, contribuíram, de modo decisivo, para a difusão e a constituição de uma verdadeira cultura de **tolerância**.

Os bibliotecários e outros cientistas sociais que não dispensam (muito pelo contrário) o apoio desses profissionais necessitam dispor de tal informação para reconstruir a memória daquelas lutas e fundamentar os seus argumentos – na atualidade tão perturbada pelos referidos fenômenos – a favor de uma verdadeira cultura de tolerância. Uma cultura que constitui o legado de autores como Erasmo, Cervantes, Mandela e Walzer, todos focalizados neste estudo, mas que também se apoia fortemente nas obras de Locke, o grande ponto de partida do liberalismo político no Século XVII, e em pensadores do Século XVIII, tais como Voltaire e Kant, que se pretende focalizar, com maior profundidade em pesquisa futura.

O estudo desenvolvido tem início com uma abordagem sucinta de conceitos ou noções como tolerância, cultura da tolerância e cultura de paz. Ele se estende a uma releitura de documentos jurídicos fundamentais.

Prossegue com um enfoque do livro de Erasmo (2016), ‘Elogio da

loucura’, marco fundamental neste processo histórico de construção de uma cultura de tolerância, que, favorecido pela secularização ou laicização do saber, se aprofunda graças à expansão do pensamento liberal. A reflexão tem continuidade com o exame de três autores chave nesse percurso (Locke, Voltaire e Kant) e da contribuição contemporânea de Nelson Mandela e Michael Walzer, este último figurando como o ensaísta e filósofo político vinculado à vertente comunitarista que mais avançou, no final do século passado, na defesa da tolerância como princípio.

Sob essa perspectiva é que se procurou abordar cada obra selecionada, elucidando o contexto histórico de sua produção, a sua mensagem, a recepção que alcançou (as condições de leitura) e o seu impacto no tocante à constituição de uma cultura de tolerância. Portanto, à luz de Chartier (2006), toda a atenção foi dada à apropriação dos livros à forma como interpretamos os textos e os elementos que o rodeiam, bem como à variabilidade das respectivas práticas de leitura segundo o tempo.

## 2 A TOLERÂNCIA E O PAPEL DO LIVRO

A tolerância – sobretudo desde o Renascimento – passou a ser um tema ou preocupação recorrente na produção literária e do pensamento filosófico e político ocidentais. A atitude que reside em problematizar ou defender os regimes de tolerância tem permeado a história do livro. Para melhor compreender a parte talvez mais significativa dessa história torna-se fundamental conceituar ou definir tolerância e cultura da tolerância.

### 2.1 Uma Conceituação Preliminar

A expressão **cultura de tolerância** compreende uma série de elementos que se acumulam ao longo do tempo: percepções da realidade, valores, pontos de vista ideológicos ou mesmo doutrinários. Se o termo ‘cultura’ exprime uma estrutura significativa - capaz de suscitar adesões, também nos remete a ‘cultivar’. Assim sendo, a tolerância é algo que se cultiva, e aprendemos a realiza-lo através da leitura de grandes escritores, perfazendo um arco histórico que pode ir de Erasmo a Michael Walzer.

É válido afirmar que uma cultura de tolerância serve de cimento a um mundo de paz, e para esta, o livro tem trazido uma contribuição social. Especialmente quando emerge um quadro histórico social, onde a guerra deixa de ser reconhecida como um caminho legítimo para o homem alcançar a máxima reputação e a glória. A paixão pelas armas cede lugar a outros interesses – notoriamente, os econômicos –, conforme se constata no Século XVIII (HIRCHMAN, 1979).

Quando, encontramos ausência de disposição para aceitar diferentes opiniões e crenças, estamos diante da intolerância; portanto, encaramos uma atitude mental que se caracteriza pela falta de habilidade ou vontade em reconhecer e respeitar valores de todo tipo (religiosos, científicos, políticos) e pontos de vista. Tolerância não é sinônimo de condescendência.

A intolerância baseia-se no preconceito, podendo levar à discriminação, conflito e cultura de guerra. Formas comuns de intolerância incluem ações discriminatórias de controle social; dentre elas se destacam o racismo, sexismo, antissemitismo, homofobia,

intolerância religiosa e intolerância política. Todavia, não se limita a essas formas: alguém pode ser intolerante a quaisquer ideias de qualquer pessoa.

Contrária ao preceito de intolerância, deslumbramos a tolerância, que, em suma, consiste não na ausência de discordância, mas sim em uma discordância pacífica. A tolerância admite, sob uma perspectiva de compreensão corrente, a diversidade de opinião; entretanto, traz a discordância respeitosa entre distintos modos de pensar.

Apreende-se o sentido da tolerância, que é o da valorização da diversidade humana e o da busca de viver com o outro de maneira respeitosa, saudável, passando-se à resolução de problemas e desacordos pela via do diálogo (STROZENBERG; LEITE 2016).

Importa mencionar o que vem expresso no artigo 1º da Declaração de Princípios sobre a Tolerância da UNESCO, datada de 1995, acessível por meio eletrônico.

## 2.2 Tolerância e a Cultura de Paz

A cultura de paz corresponde a uma conjuntura, em que os seres

humanos já consolidaram a **tolerância**, entendida como uma atitude fundamental diante da diversidade cultural, das diferenças identificadas entre as pessoas, entre as classes sociais ou entre nações.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a **Cultura de Paz** “[...] está intrinsecamente relacionada à prevenção e à resolução não-violenta de conflitos” e fundamenta-se nos princípios de tolerância, solidariedade, respeito à vida, aos direitos individuais e ao pluralismo.

A proposta da cultura de paz busca alternativas e soluções para questões que afligem a humanidade como um todo, focada na paz como um estado social de dignidade em que tudo possa ser preservado e respeitado. Esses pontos constroem um dos grandes desafios da construção de uma cultura de paz. Nessa esfera, cabe destacar não apenas a manutenção da cultura de paz, mas também o seu resgate, uma vez que seja abalada, bem como a prevenção da violência. Todos esses objetivos citados têm a proposta de serem conquistados por meio de

ciência, educação e cultura.

Ao contrário, um ambiente imerso na ignorância, enseja a irracionalidade, desigualdade e discriminação, elementos de fomento a intolerância e, por consequência, perturbação da paz. Segundo Manguel (1999, p.74):

Como séculos de ditadores bem sabem, uma multidão de analfabetos é mais fácil de governar; já que a capacidade de ler não pode ser desaprendida uma vez adquirida, uma solução, à falta de melhor, é limitar-lhe o âmbito de aplicação. Por consequência, como nenhuma outra criação humana, os livros têm sempre sido o flagelo das ditaduras.

Podemos observar a sutileza com que o conhecimento, a leitura e os livros resgatam a iluminação do pensamento, criando condições sociais para a educação e, conseqüentemente, permitindo uma convivência pacífica, solidária e cooperativa.

Os livros – escreveu Voltaire num panfleto satírico intitulado ‘Sobre o Horrível Perigo da Leitura’ - dissipam a ignorância, que é a custódia e salvaguarda dos Estados bem policiados.

## 2.3 O Poder da Leitura

A leitura desperta em todos nós, com maior ou menor intensidade, a consciência do que há de perverso e irracional no exercício da intolerância. O mesmo Voltaire, que se julgou por bem lembrar, foi um híbrido escritor e filósofo, exaltou o poder da leitura, relacionando-o à tomada de posição sobre a intolerância – especialmente religiosa. O mesmo se poderia dizer de Montaigne, o autor de ‘Ensaaios’.

Examinar, do ângulo da história do livro, o seu papel como suporte de informação capaz de favorecer e consolidar uma cultura de paz – um desdobramento básico de uma cultura de tolerância – pressupõe assimilar um conceito de leitura. Um conceito bem fundamentado na Sociologia da Leitura e na Biblioteconomia.

A leitura é o processo complexo que possibilita a todos nós interagir com o mundo, armazenar lembranças, repensar valores, desfazer ilusões e produzir novos conhecimentos.

A paixão pelos livros, o reconhecimento do saber que eles podem conter sobre as grandezas e a fragilidade básica do ser humano e sobre aquilo que a vida revela de misterioso e indevassável,

devem ser acompanhados de uma consciência dos múltiplos papéis desempenhados pela leitura: ampliar o nosso horizonte de compreensão do mundo, favorecer o diálogo intercultural, preparar-nos para o exercício da cidadania, essencial nestes tempos de indigência ética e política (LEITE, 2011, p.47).

Isto é, a leitura é meio indispensável de comunicação e integração, conseqüentemente, instrumento de socialização. Leitura é um trabalho lento e árduo, em que reconhecer uma sucessão de palavras não implica em compreensão. Reconhecer não é ler. Ler é compreender.

No modo de ver de Horellou-Lafarge e Segré (2010, p.125):

[...] a leitura, por intermédio do objeto livro, é uma troca com outrem, de maneira visível, evidente. O objeto livro circula de mão em mão, se troca, se empresta e se dá de presente. O livro dado não é anônimo, é uma prova de afeição, de solicitude, revela a personalidade de quem dá, suas aptidões, seus gostos específicos, seus interesses; é um convite à compreensão do outro.

Ainda, o autor acrescenta:

[...] o conteúdo do livro lhe permite conhecer mais profundamente aquele que o deu. Estabelece-se uma comunicação imediata ou prolongada por meio do livro.

A leitura e diálogo se nutrem e reforçam [...] a ligação existente entre as pessoas em causa. [...] a leitura reforça a relação entre indivíduos, compreensão mútua, permite compartilharem mesmo universo imaginário.

Esse talvez seja o melhor ponto de partida para se cultivar a tolerância. Não há nada de romantismo nesse argumento, sempre atento ao valor do diálogo, base legítima para a construção de um mundo pacífico.

### **3 A HERANÇA DE ERASMO E A CONTRIBUIÇÃO DE CERVANTES**

O estudo das obras – literárias ou não – que podem compor um acervo bibliográfico incipiente com vistas a uma reflexão sobre a tolerância tem início com Erasmo de Roterdã, um dos escritores mais representativos do classicismo humanista da Renascença. A prosa doutrinária, um dos gêneros mais cultivados nessa etapa da história das letras ocidentais (a se estender de cerca de 1340 até o final da primeira metade do Século XVI), beneficiou-se, de maneira decisiva, de um novo suporte comunicacional: o livro impresso.

O legado de Erasmo, um dos intelectuais mais corajosos a se levantar contra a intolerância e o espírito bélico, serviu de inspiração para autores de primeira grandeza, com destaque para Montaigne (o criador dos ‘Ensaio’, 1580-1587), o próprio Voltaire – dentre outros representantes do Iluminismo – e o espanhol Miguel de Cervantes.

### **3.1 Erasmo e o Humanismo Renascentista**

O humanismo renascentista teve como foco irradiado a Itália, e expandiu-se para o norte da Europa – Alemanha, Inglaterra, e Países Baixos – França e, em seguida, Espanha e Portugal. Em sequência ao Século XV, profundamente afetado pela invenção da imprensa, foi possível consolidar-se no continente europeu um humanismo de natureza cristã, que buscou fundar elementos para a defesa da tolerância e a paz. A obra de Erasmo (1466 – 1536), um grande erudito, versado nos clássicos, em latim e grego, que também sobressaiu como editor, talvez seja a mais alta expressão do humanismo.

Erasmo redigiu uma obra ‘De libero arbítrio’ (1524), defendendo o

livre-arbítrio, rejeitado por Lutero, que criticou esse trabalho de maneira contundente.

Após abandonar o convento dos agostinianos, transformou-se em professor itinerante por Paris, Itália, Basileia e Inglaterra. Levou adiante a sua veemente sustentação cristã do princípio da tolerância – ou da tolerância como princípio – e a refutação da escolástica.

O erasmismo alcançou e floresceu em diversos países da Europa; influenciou muito a elaboração literária dos grandes romances satíricos do escritor francês François Rabelais (Gargântua e Pantagruel), que criou uma caricatura impagável do senhor medieval, denominada Picrocole – o relato das guerras picocolinas tem por base o pacifismo erasmista.

No Alto Renascimento, Erasmo se tornou o maior sucesso de livreria; atingiu, decerto para o desespero da Igreja Católica, “[...] setenta e duas edições, entre 1500 e 1525, dos seus ‘Adágios’ e sessenta edições para seus ‘Colóquios’, em apenas oito anos, entre 1518 e 1526 [...]” (WANDINGTON, 2000, p.146). A Igreja foi surpreendida não somente

pelo conteúdo contestador, mas igualmente (senão sobretudo) pela recepção dessas obras no espaço público, onde era lida e debatida.

### 3.2 Elogio da Loucura em Foco

Originariamente escrita em latim, esta é a obra mais célebre do escritor renascentista. Foi publicada em 1511, após uma longa e importante viagem de estudos através da Itália. Foi, segundo o autor, como que redigida a cavalo e veio a ser concluída na residência de Thomas More, a quem o livro foi dedicado.

Erasmus realizou uma crítica vigorosa à vida monástica e ao comportamento das autoridades eclesiásticas. Não apenas aprofundou neste trabalho o questionamento que já havia promovido acerca da intolerância como uma das atitudes mais deploráveis que os homens possam adotar. Mas tampouco deixou de denunciar as paixões humanas como vaidade, crueldade, gosto pelo luxo, ambição e honrarias.

Do ponto de vista desse pensador, a loucura é a sabedoria ilusória deste mundo. Contudo, coube-lhe elogiar a loucura que resiste às

ilusões de todos e, especialmente, aquela que é verdadeira força motriz da vida, a loucura como entusiasmo: “Ataca todos com alma corrompida: tiranos, militares, nobres, cortesãos, monges, teólogos, cardeais, bispos, papa e o povo em geral” (BARBOSA, 2010, p.44).

‘Elogio da loucura’ que atualmente os bibliotecários podem classifica-los por sua forma de composição literária em “escritos mistos” (de acordo com a CDD), não se enquadra nem como livro de erudição ou de pedagogia, nem tampouco como obra que reúne comentários e mesmo traduções de autores gregos e latinos, ou seja, em ‘classes’ de texto que este autor holandês cultivou.

No entanto, mais do que qualquer outra (dentre as inúmeras editadas assinadas pelo autor), a obra realiza a união íntima da razão humanista – de seu senso crítico, de sua ironia (também presentes em Rabelais e em ‘Dom Quixote de la Mancha’, de Cervantes) – e da fé cristã. Aliança essa que contribuiu para moldar uma nova compreensão da tolerância e do (des)valor da guerra como instrumento de conquista.

‘Elogio da loucura’ exhibe a loucura naquilo que os homens chamam de razão, e faz no seu limite aparecer toda razão como loucura que se ignora. Eis o motivo de sua atualidade, de seu permanente poder de sedução.

Todavia, o livro descobre simetricamente na loucura suprema – a da Cruz – a suprema sabedoria; segundo seu criador, a essa sabedoria perfeita, que é possível designar como a cidadela da felicidade, não há acesso senão através da loucura.

Da leitura dos escritos de Erasmo se pode inferir que a mente humana parece formatada de um modo que tende perpetuamente para o conflito contra os ‘diferentes’. Diante dessa perspectiva, nos deparamos com a problemática da discriminação do divergente, questão geradora de conflito, disputa e hostilidade. Ou seja, estabelece-se um clima de guerra.

Guerra implica o rompimento de um estado de paz e dá origem a um confronto. Conviria lembrar que o termo guerra também é usado para fazer alusão a qualquer combate ou oposição no sentido moral e psicológico.

No entanto, indaga o autor, que coisa se poderia imaginar de mais estúpida que a guerra? “Dois exércitos se batem (sabe Deus por que motivo) e da sua animosidade obtêm muito mais prejuízo do que vantagem. Os que morrem inutilmente na guerra são incontáveis como os megareses” (ERASMUS, 2016, p.17).

O grande escritor renascentista vai ainda mais longe em sua condenação:

A guerra é, por natureza, tão cruel, que muito mais conviria às feras do que aos homens; tão insensata que os poetas a atribuíram às fúrias do inferno; tão pestilenta que corrompe todos os costumes; tão iníqua que a fazem melhor perversos ladrões do que homens probos e virtuosos; finalmente, tão ímpia que nenhuma relação possui com Jesus Cristo nem com sua moral (ERASMUS, 2016, p.56).

Toda guerra rebaixa o ser humano e faz com que o homem se perca nos abismos da imoralidade, pois toda guerra é fruto da ira, da ambição e da loucura, mesmo que seu motivo aparente seja a defesa da ordem e da justiça.

O sonho de Erasmo consistia em regenerar o homem purificando a religião (tornando-a fonte de comportamentos tolerantes) e

batizando a cultura. Um sonho cuja concretização seria impossibilitada pela cisma da Reforma e pelo abalo das guerras religiosas que se produziram de meados do Século XVI até praticamente os inícios do Século XVIII.

### **3.3 A crítica cervantiana à intolerância social na Espanha: O retábulo das maravilhas**

A literatura distingue-se de todos os outros tipos de discursos – histórico, jornalístico, publicitário, científico, filosófico ou religioso – por certas singularidades que lhe asseguram o *status* de uma manifestação única dos seres humanos:

Libertadora de corações e mentes, ligada preferencialmente à distração, e ao lazer, não deixa, no entanto, de lastrear-se na realidade e nos recônditos da alma humana para realizar também uma tarefa moralizante de elevação dos homens e melhoria das condições espirituais da Humanidade, pelo resgate, por meio da estética, de valores da alteridade, da diferença e da **tolerância** (BARBOSA, 2010, p.80, grifo do autor).

Essa compreensão do papel da literatura pode ser ilustrada superiormente pelos livros do maior

escritor espanhol, Miguel de Cervantes.

Em sua obra mais famosa, ‘Dom Quixote de La Mancha’ (1605), a crítica à intolerância ganha maior relevo na defesa – acionada pela sublime loucura de seu protagonista – dos humilhados e ofendidos que sobressaem nesta narrativa, legítimo ponto de partida ou gênese do romance moderno. O elemento diferencial dessa espécie ficcional é a presença de um herói problemático: este procura realizar valores autênticos num universo degradado. A este corresponde a Espanha contemporânea do escritor, aferrada a seu religiosismo tradicional, a seus preconceitos, a cultivar uma reação violenta ao humanismo, ou seja, aos valores da modernidade (LEITE, 2008).

A primeira parte de ‘Dom Quixote’ foi reimpressa seis vezes no mesmo ano: não foi senão em 1616, dois anos depois que um anônimo fez editar, sob o pseudônimo de ‘Avellaneda’, uma sequência para essa obra, que Cervantes publicou a segunda parte de sua obra-prima.

O autor também contribuiu para a criação do teatro nacional espanhol,

e nesse inscreveu o seu posicionamento crítico em relação à intolerância social. Em 1615, decidiu reunir comédias e oito peças curtas – denominadas entremeses – em que se reconhecem o poder de observação da vida cotidiana e a imaginação satírica extraordinária, apreciados em ‘Dom Quixote’ (CERVANTES, 2015).

Nessas oito comédias e oito entremeses novos, nunca representados chama a atenção ‘O retábulo das maravilhas’. Nele, o autor ataca uma preocupação, senão verdadeira obsessão da intolerante sociedade espanhola – a “limpieza de sangre” (a pureza do sangue). Assistir a essa peça ainda hoje significa ampliar a nossa capacidade de questionar os preconceitos, as ideias prontas: trata-se de uma provocação à crítica dos valores, que a leitura de grandes obras tem ensejado (CHARTIER; GUGLIELMO, 1999).

O retábulo em questão destina-se a espetáculos teatrais realizados com bonecos (fantoques). Conforme esclarece um dos personagens na primeira parte do entremés, é chamado das Maravilhas pela quantidade de maravilhas que encerra. Foi feito pelo sábio Antanelo

observando os paralelos terrestres, as órbitas dos astros e os rumos das estrelas, com tais pontos, caracteres e observações.

Dois vigaristas resolvem ‘montar’ o retábulo em uma pequena cidade do interior da Espanha, quando celebram as bodas de Juana Castrada, filha do prefeito. No momento chave da peça, os pilantras advertem que só conseguirão ver as maravilhas que aquele teatro encerra aqueles que não forem filhos bastardos...

Quando o telão cai, ninguém identifica nada no espaço cênico. Transcorre algum tempo; muitos integrantes da plateia se entreolham perplexos. Temendo ser ‘denunciados’, estes começam a apontar acontecimentos que estariam se passando nesse ‘teatro’. Houve quem apontasse a luta de Sansão contra um leão. A participação de tal plateia chega às raias de um delírio... Aparece afinal um jovem que tenta avisá-los de que os mouros estão próximos da cidade, e tudo acaba em pancadaria. Aprofunda-se o clima de farsa.

Essa sequência parecerá a muitos expectadores/leitores como

uma variação da história 'A roupa nova do Rei'. Fica evidente a maneira astuciosa como Cervantes recorre à cultura popular. Uma estratégia para melhor sublinhar o que há de infundado nas formas de intolerância social.

#### **4 OS AVANÇOS DA REFLEXÃO SOBRE A TOLERÂNCIA**

Do final do Século XVII – especialmente em países onde a secularização do saber se aprofundou (esse é o caso da Inglaterra) – até o final do Século XVIII, com a expansão do ideário iluminista, foram dados passos decisivos para a formação de uma verdadeira cultura de tolerância.

O percurso do livro, na chamada primeira modernidade ocidental (BARBOSA, 2010), como que ensinou- o a combater todas as formas de intolerância e de obscurantismo.

##### **4.1 O Panorama do Livro no Século XVII e o Pensamento Liberal**

As diferenças observadas nas condições de produção e recepção do livro identificáveis nos principais países da Europa devem ser

explicadas à luz da história, a considerar, sobretudo o poder de censura, o controle exercido pelo Estado ou pela Igreja sobre essa produção.

Num país como a Inglaterra, especialmente no final do Século XVII, a circulação das obras beneficiou-se bastante com a conquista da liberdade de expressão – defendida por Milton em sua Areopagítica (LEITE, 2008) – e o notável florescimento do pensamento liberal (SKINNER, 1999). Esse escritor havia denunciado a censura prévia às publicações instituídas na Grã-Bretanha – a Licensing Order, que fora promulgada em 1643.

Em contrapartida, na Espanha onde é possível identificar um Estado autocrático muito forte, no decorrer desse período, a Contrarreforma, a censura sob a responsabilidade da Inquisição, atuava de maneira vigorosa; contudo, a despeito dessa força inibidora também constatada na Itália, houve uma intensificação da vida nacional digna de nota, a qual se refletiu na qualidade da literatura (Cervantes) e do teatro espanhóis (Lope de Vega, Calderón de La Barca).

Na França do Século XVII, principalmente ao longo do reinado de Luís XIV, o Estado monárquico-absolutista exercia um controle da produção livresca; a leitura estava bastante confinada ao espaço da corte (Versalhes), que mais tarde cederia lugar a ambientes informais como os salões e cafés (CHARTIER; GUGLIELMO, 1998).

Sob um certo ponto de vista, no que diz respeito à realização das práticas leitoras espaço privado e espaço público não são inteiramente excludentes (CHARTIER; GUGLIELMO, 1999). Importa frisar que o espaço público emana do espaço privado; a certeza que o foro interior moral tem de si mesmo reside, na ótica de muitos defensores do liberalismo (a exemplo de Locke), em sua capacidade de se tornar público. O espaço privado onde se consuma uma leitura personalíssima, particular, dos livros alarga-se, por força própria, em espaço público, e é somente no espaço público que as opiniões privadas (notadamente sobre os escritos) se manifestam como lei. E assim deverão ser respeitadas.

## 5 VISÕES DA TOLERÂNCIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

O leitor deste trabalho de conclusão de curso não deve ficar perplexo ou chocado com o fato de a investigação aqui desenvolvida não contemplar o Século XIX, nem tampouco a primeira metade do século passado. As razões dessa decisão – estratégicas – serão elucidadas mais adiante. O livro, em todo o período **posto de lado**, continuou a ser um espaço de resistência contra a intolerância e qualquer modo de opressão – dentro ou fora do campo da criação literária. Mesmo diante dos avanços da cultura de guerra sobre uma cultura de paz (bem alicerçada no repúdio às formas de intolerância), a luta a favor da tolerância não fraquejou de todo e prosseguiu no transcurso do Século XX, ou até os nossos dias.

Foram feitas escolhas bastante pontuais: uma obra de Nelson Mandela (2013), que, sob o título ‘Apontamentos para o futuro’, reúne breves ensaios, páginas de memórias, conferências, em que o grande líder sulafricano e antigo Presidente da República Sul-africana defende uma **ética de tolerância** e põe em

destaque o conceito de *Ubuntu*, um apelo à tolerância, que deita raízes na África negra e numa produção cultural de base oral (não livresca), e o influentíssimo e celebrado livro do pensador norte-americano Michael Walzer, '*On toleration*' [Sobre a tolerância].

Este último pode suscitar um paralelo com a 'Carta acerca da tolerância' de John Locke: uma publicação muito bem-sucedida (traduzida para mais de quinze línguas) que, dada à luz em 1997, ou seja, no fecho de um século fustigado por tantos conflitos violentos, fornece novos parâmetros para se constituir, mais revigorada, uma nova cultura de tolerância.

### **5.1 Um Salto no Tempo: observações necessárias**

A estratégia adotada (estando consciente de todos os riscos) consistiu em interromper este percurso realizado pelos livros nas lutas históricas contra a intolerância e em retomar a reflexão já avançada no período subsequente à promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (datada de 1948) e que se estende até o final daquele século.

Em tal período sobressai, sem dúvida, a obra de Michael Walzer (1999) pelo vigor da abordagem do fenômeno 'Tolerância' e por sua busca de um equilíbrio entre tendências diversas como o multiculturalismo, o individualismo, o liberalismo, o comunitarismo, o modernismo e o pós-modernismo. Nessa mesma etapa seria fundamental pôr em relevo a obra de um líder político que desempenhou um papel de primeira importância no processo histórico (ainda em curso) de construção de uma nova cultura de tolerância.

Chegou-se à escolha de Mandela, cuja liderança política foi decisiva para libertar o seu povo do regime odioso do *apartheid*. Comparável decerto àquela que um Gandhi representou no processo de libertação da Índia. E Gandhi é um pensador/ativista que, a despeito do número reduzido de livros por ele escritos em primeira mão, mereceria ser considerado num estudo de maior profundidade acerca do tema aqui focalizado.

É possível afirmar que, no transcorrer do Século XIX até meados do Século XIX, não surgiu nenhum grande livro – do porte daqueles

mencionados anteriormente – que trouxesse uma reflexão mais profunda sobre a tolerância e suas conexões com a democracia e o respeito à alteridade enquanto valor. Aliás, trata-se de um período em que se tornaram agudos os conflitos entre os povos e entre as classes, disseminando ainda mais os regimes de intolerância; Estados totalitários se formaram promovendo um notável refluxo das instituições e do cultivo dos valores democráticos, que teria produzido um espanto (se vivo estivesse) em um John Stuart Mill, um ardente defensor da tolerância e da liberdade (WADDINGTON, 2000). A esse quadro deplorável devem-se acrescentar as duas Guerras Mundiais.

O Professor Luiz Otávio Barreto Leite, na qualidade de especialista em História Literária, (nos) confessou e argumentou que no período histórico referido a ausência de obras vigorosas sobre o tema que pudessem contribuir para se firmar uma cultura de tolerância foi um tanto mitigada pela publicação e circulação de livros, entre os quais é justo incluir desde o conto ‘Bola-de-Sebo’ (abordando a intolerância contra as prostitutas), o romance de Tolstoi, ‘Ressurreição’ e

algumas peças representativas do teatro político moderno – como ‘Major Bárbara’ (de George Bernard Shaw) e ‘A Boa Alma de Tsê Suang’ (de Bertolt Brecht).

## **5.2 A Obra de Nelson Mandela e a sua Luta Contra a Intolerância**

A publicação de ‘Apontamentos para o futuro’ deve ser apreciada como uma rica fonte de informação sobre a atuação histórica de Mandela (2013) na ultrapassagem do *apartheid* – a política de segregação racial oficializada em 1948 – e na transformação da República Sulafricana em uma democracia pluriétnica, multicultural, zelosa pelo culto da tolerância.

Ao indiferentismo ético que regia o *apartheid* – e certamente continua a reger as instituições sociais e Estados nacionais cultores da intolerância – era necessário contrapor a força condensada na filosofia de *Ubuntu*.

E essa compreensão que decerto norteou Mandela em sua gestão como presidente da África do Sul, foi por este sublinhada em um pronunciamento com que encerrou a XIV Conferência Internacional de

AIDS, realizada em Barcelona, a 12 de julho de 2002: “Na África, temos um conceito conhecido como *ubuntu*, baseado no reconhecimento de que somos pessoas somente por causa das outras pessoas” (MANDELA, 2013, p.92, grifo do autor).

A filosofia de *Ubuntu* compreende noção de tolerância pensada como reconhecimento de identidades, também posta em destaque no vocábulo *toleration* proposto por Walzer (1999); a sua realização não está condicionada à existência de qualquer juízo de valor sobre a correção moral das crenças de qualquer um. Essa situação dá oportunidade à promoção do diálogo intercultural (notadamente, do inter-religioso):

*Umuntu ngumuntu ngabantu* corresponde a uma máxima partilhada pelos povos Zulu e Xhosa, assim traduzida: “[...] uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas”. *Ubu* indica que tudo está à nossa volta, tudo que temos em comum; por sua vez, *ntu* exprime a parte essencial de tudo que existe; tudo que está sendo e está em processo de transformação.

Tal rica noção que pervade e constitui várias comunidades africanas de língua bantu evidencia que o movimento, o princípio do sendo (e não do ser), é a chave da filosofia africana originária, e chama a atenção para a força da comunidade, agindo de maneira efetiva em favor de si e de outras pessoas, cultivando a tolerância (STROZENBERG; LEITE, 2016).

Mandela (2013) nos esclarece que *Ubuntu* é uma antiga religião africana que significa ou que dá a entender que a lealdade expande e faz coerente a relação entre as pessoas. Sua origem vem de uma regra ética das línguas zulu e xhosa e, apesar de não datada, corresponde a um estado mental e de ser que prevalece entre os nativos do sul do continente africano até os dias de hoje, segundo a referida máxima *umuntu ngumuntu ngabantu*, isto é, “uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas”. Desse modo, cada ser humano só é humano por pertencer a um coletivo humano; a humanidade de uma pessoa é determinada pela **alteridade** com os outros, por meio de sua humanidade para com os outros seres humanos; a existência de uma pessoa se dá por meio da existência dos outros em

relação intrínseca consigo mesma, mas o valor de sua humanidade está inteiramente relacionado à forma como ela esteia a humanidade e a dignidade dos demais seres humanos; a humanidade de uma pessoa é, assim, definida por seu compromisso ético com seu próximo, seja ele quem for: homem, mulher, criança, jovem, velho.

Há várias possíveis traduções para *Ubuntu*; convém argumentar que, de alguma maneira, nenhuma delas se adequa à vida nas grandes metrópoles onde a maioria das pessoas vive em seu próprio mundinho, olhando apenas a si mesmo e visando somente a seus interesses. Mas vale a pena pensar que há um potencial em todos para além de seus mesquinhos egoísmos que somente revelam inconsciência.

Existe outra máxima sul-africana de que “[...] é preciso uma aldeia inteira para criar uma criança”; ela reflete nitidamente o espírito e a intenção do *Ubuntu*. Isso porque a força da comunidade deriva do apoio comunitário, e a dignidade e a identidade são alcançadas por meio da ajuda mútua, da ausência de intolerância, da empatia, da generosidade e do pacto comunitário. Importa esclarecer que, se como o

*apartheid* ameaçava carcomer esse *way of life* africano tradicional, em alguns casos, ele por ironia o fortaleceu ao galvanizar o apoio coletivo e ao criar solidariedade entre os que integram a comunidade dos oprimidos (STROZENBERG; LEITE, 2016).

O *Ubuntu*, a fórmula expressa de uma filosofia coletiva ética entre os povos sul-africanos há séculos na África, ao longo desse tempo veio recebendo novas conotações e pode-se dizer que se configurou como um dos princípios fundamentais da nova república, vinculada à ideia de um verdadeiro ‘renascimento africano’.

Esse conceito filosófico fundamental serviu de base para a Comissão da Verdade e Reconciliação, na África do Sul, presidida por Desmond Tutu, indicado por Mandela, quando da transição democrática, após o fim do *apartheid*.

Cultivar o *Ubuntu* significa para Mandela e esse líder religioso recuperar com todo o vigor a interação com pares e não pares, a qual admite bidirecionalidade e reciprocidade entre os participantes de uma extensa **comunidade etnicamente diversificada** (nessas diferenças

étnicas também residindo a sua força). O desenvolvimento de habilidades de interação social assegura uma verdadeira educação das capacidades para a relação interpessoal, orientada no sentido de favorecer e afiançar o **respeito pelo outro** em seus êxitos e fracassos, as redes de amizades, a responsabilidade e o autocontrole social, a aptidão para a negociação, os valores solidários de ajuda e cooperação, assim como o repúdio ao racismo e à discriminação. Contempla ainda a conquista de um **estilo cognitivo** – próprio a uma ética da alteridade – para dirimir os problemas interpessoais, solucionando os conflitos de interação e o desenvolvimento da autoestima.

No entanto, é importante salientar que o conceito de *Ubuntu*, discutido em muitos livros e sempre presente na memória de vários povos da África, não tem a ver diretamente seja com política, seja com religião, na medida em que é uma noção, uma ideia, um modo de viver, que não encontra correspondência estrita no Ocidente. Tal conceito perpassa e toma forma em todas as áreas da vida, desde as relações mais íntimas e pessoais (família, amizades etc.) até a

liderança, pois para conseguir liderar qualquer grupo social a partir de valores *ubuntu*, é essencial que seu líder seja um líder *ubuntu*.

Essa perspectiva filosófica condensada no conceito africano de *Ubuntu* tem servido de fundamento para a produção de decisões promanadas por Tribunais Superiores da África do Sul. Mas também pode ser assimilada no esforço contemporâneo – realizado também no Ocidente – por se construir uma nova cultura de tolerância. E isso não significa desmerecer as lições contidas nos livros de Erasmo, Locke, Voltaire e Kant.

### **5.3 ‘Sobre a Tolerância’: a relevância do livro de Michael Walzer**

Este livro talvez configure a síntese mais completa no percurso histórico que se procurou visualizar no presente trabalho. Ele certamente proporciona novos parâmetros para se fundar uma cultura de tolerância capaz de responder aos dilemas contemporâneos.

Foi publicado em 1997, em Yale, pela prestigiosa Yale University Press. Como ocorre, com frequência,

no mundo editorial anglo-americano (tratando-se de uma obra destinada ao público acadêmico, bem como aos segmentos leitores que apreciam um ensaio de alcance filosófico e político, não desprovido de qualidade literária), uma parte da primeira tiragem saiu em capa dura. Nisso reside um elemento de atração aos olhos de muitos leitores, que continuam a valorizar esse tipo de suporte. Vale como um signo de distinção (CHARTIER, 1998; 2006). Um número maior de cópias – a mesma impressão básica, num acabamento mais simples – também chegou ao mercado.

Talvez o maior desafio das sociedades contemporâneas seja como promover dentro do seu interior um espaço de convivência pacífica e tolerância entre as mais diversas culturas e manifestações culturais. As novas configurações identitárias a partir das revoluções liberais iniciadas no Século XVII chegaram ao seu auge no final do Século XX e início do Século XXI, possibilitando toda uma gama de variedades e opções de configurações do 'eu' que até então não eram alvo de observação e importância (WALZER, 1999).

O mundo anteriormente dual dividido entre ocidente e oriente, cristandade e gentios, capitalistas e comunistas, alcança uma série diversa de novas representações além das ideias tradicionais de nação, religião, classe, gerando o aparecimento de grupos heterogêneos e de alta complexidade, ao contrário das até então apresentadas. A contemporaneidade trouxe novas questões como gênero, opção sexual, racismo, meio ambiente, direitos humanos, novas concepções de trabalho, de relações afetivas, novas maneiras de expressão; o antigo meio social fortemente homogêneo encontrado na maioria das sociedades, inclusive as industriais – até meados do Século XX -, começa a se dismantelar, promovendo o surgimento de novas expressões de ser que engendrarão novos conflitos e disputas por questões variadas.

Um mundo inteiramente novo surge de dentro da própria sociedade, não que ele não existisse antes, porém não havia ainda grandes possibilidades de seu afloramento. Ainda somada a uma nova configuração interna, pode-se atentar para uma nova configuração externa

tangendo o contato de culturas diversas inseridas ou migradas para outras sociedades completamente distintas e distantes geograficamente reconfigurando praticamente todas as antigas definições, inclusive as de território. A alta migração e o avanço irrefreado da globalização colocam em contato diário culturas com valores completamente ou diametralmente opostos, promovendo e gerando novas relações e conflitos para este novo século que se inicia (STROZENBERG; LEITE, 2016).

Pensar em sociedade hoje é pensar em como coadunar esta vasta imensidão de novas manifestações culturais e individuais com a tradição daquele local, reconfiguração interna, assim como o entendimento entre as diversas tradições, a local e a migrante, nesse novo espaço descontínuo e desterritorializado em que se apresenta o mundo contemporâneo, configuração externa. O desafio apresentado por essas novas configurações não se restringe mais e somente às configurações institucionais ou de governo, mas também leva a uma nova maneira de pensar e de se relacionar com o outro

e com a diversidade (OLIVEIRA, 2007).

O desenvolvimento da antropologia e da sua sociologia durante o Século XX mostrou que não possível pensar no outro sem pensar a cultura e sociedade em que ele está inserido: a antiga e clássica visão eurocêntrica do fardo do homem branco de promover o desenvolvimento econômico-social dos povos 'primitivos' não obteve êxito justamente por não considerar a diversidade e pluralidade de visões e relações com um mesmo objeto ou evento.

A visão de que um pensamento puramente racional e objetivo poderia assegurar ao homem o nível mais alto de bem-estar, e que deveria ser expandido a todo o mundo, se equivoca na medida em que esse pensamento se esquece de que também está inserido em um contexto histórico, social e cultural; no entanto, sem perceber seus condicionamentos, acaba por se conferir um 'atestado' de pensamento lógico e de conferir outro 'atestado', o de pensamento ilógico, a todos aqueles que não estejam de acordo com o seu.

Para a sociologia, e talvez seja uma solução para alguns dos problemas das sociedades contemporâneas, a observação do outro, passa pela sócio-lógica e não pela lógica ou ilógica do pensamento de outra pessoa ou membro de outra cultura. Pensarmos nós mesmos como fruto das relações traçadas por nós mesmos dentro da sociedade em que estamos inseridos e condicionados, ao invés de vermos os nossos valores como os ‘certos’, ‘corretos’, ‘lógicos’, pode possibilitar o maior entendimento dessa miríade de novas relações traçadas nos tempos atuais.

O *Ubuntu*, nesse sentido, se apresenta como uma filosofia, ainda que milenar, bastante atual e vigorosa para promover a convivência pacífica e a tolerância entre os diversos grupos que se apresentam atualmente nas sociedades: na medida em que entende que um ser humano só é um ser humano a partir das relações que ele entretém com os outros seres humanos daquele meio social (STROZENBERG; LEITE, 2016). “É preciso toda uma aldeia para educar uma criança”, sentença tradicional Zulu em que a filosofia do *Ubuntu* se manifesta demonstra bem a ideia de

que o meio social condiciona as ações e as relações travadas entre os indivíduos, de modo que a maneira com que essa sociedade interage se reflete na formação das suas futuras gerações; ou seja, o problema incide menos nas opções individuais e individualistas dos seus integrantes, do que nas relações sociais e culturais entre aquelas pessoas já que “eu só existo porque nós existimos”.

Não se pretende aqui retomar certo lugar-comum de que a cultura é determinante e definitiva no desenvolvimento e constituição de um indivíduo; um indivíduo não é sua cultura, mas é fruto de sua interação com aquela cultura de modo que a maneira como ele se relaciona com o mundo é através dos valores que tal cultura, nas suas mais diferentes dimensões – etnia, gênero, classe, opção sexual, dentre outras – elege, condicionando ao seu modo de ler e experimentar o mundo (WALZER, 1999).

Tampouco é possível cair no engodo de conceber a tolerância como um conceito homogêneo, como um valor em si, almejado por todos. Talvez se possa argumentar que todos desejam a paz e a tolerância; no

entanto; há diferentes maneiras de se entender e se viver a paz e a tolerância; de modo que devemos nos debruçar sobre que paz e que tolerância queremos promover para este mundo, na tentativa de mitigar ou resolver suas mazelas (OLIVEIRA, 2007).

Transformar e revitalizar a ideia de tolerância de modo a transformá-la em uma nova práxis que possibilite o entendimento, o respeito e o reconhecimento do 'outro' torna-se imprescindível para construir um mundo que consiga superar seus conflitos sociais – de gênero, raciais, étnicos, religiosos –, suas guerras de distintas motivações, assim como os problemas ambientais. A história do livro e da leitura pode lançar luzes sobre como compreender melhor as dificuldades dessa tarefa. O objetivo maior reside em produzir um espaço de coabitação em que a diversidade cultural humana seja respeitada e a relação entre os seres humanos e a natureza se mostre mais harmoniosa.

O conceito de tolerância surge na tradição liberal que buscava cindir os poderes do Estado com os poderes da Igreja, que entravam em constante disputa política no momento da

formação dos Estados nacionais modernos, assim como garantir a liberdade de expressão de pensamento e de ação autônoma dos indivíduos, tão defendidos por Locke, Voltaire e Mill. Tal conceito pode ser associado à busca então empreendida de criar um espaço público neutro guiado e regulado pelo racionalismo e pelo cientificismo, rompendo com a tradição e a religião dominantes em seu período histórico.

Essa visão de tolerância se cristaliza com a ascensão e hegemonia do pensamento liberal, configurando-se enquanto cultura de tolerância, ou ainda uma tradição de tolerância; assim sendo, é justo afirmar que existe uma relação histórica entre a origem do Estado liberal moderno e o nascimento da tolerância em sentido político (BOBBIO, 1990).

A ideologia liberal, baseada na cisão público-privado, garante as liberdades individuais somente em âmbito privado, mantendo a estrutura de dominação e hegemonia cultural nessas sociedades e nesses Estados em um espaço público; sobressai uma nítida diferença entre a tolerância e a atitude tolerante, ou seja, a tolerância (tolerance) opera como indiferença em

relação ao outro e sua individualidade, tolerando-o, ao invés de reconhecê-lo como diferente de si mesmo e, ainda assim, portador dos mesmos direitos e garantias sociais, políticas e jurídicas (nisso residindo a toleration).

A tolerância do Estado liberal admite a diferença e diversidade cultural, social, étnica, de gênero, religiosa, que apregoa; ao contrário, institui modos **legítimos** de perpetuação de intolerância na esfera pública, acreditando-se neutro, racional, descontextualizado, livre dos condicionamentos históricos, políticos, sociais, culturais. Ele acaba por negligenciar as diferenças no espaço público, e, com isso, vem legitimar ações intolerantes por partes dos membros e organismos das culturas dominantes. Em suma: a indiferença se traveste de neutralidade.

A revisão do conceito de tolerância se torna imprescindível na atualidade. A despeito de suas transformações, o Estado moderno, ao invés de promover uma coexistência pacífica, gera e instrumentaliza a intolerância e a indiferença em relação à alteridade. Para alcançar tal objetivo é preciso lançar mão da pretensão de universalidade e da ideia de

racionalidade objetiva peculiares à tradição liberal e buscar entendimentos próximos às concepções próprias de cada cultura.

Não há parâmetros universais que possam promover a paz e a tolerância entre os diferentes indivíduos; ao contrário, deve-se, como defende Walzer (1999), construir soluções baseadas na história e na cultura de cada grupo social, em vez de se tentar impor uma maneira específica, supostamente neutra e racional, desconsiderando o contexto em que cada grupo se encontra.

A impossibilidade de se adotarem padrões e formatações universais para resolver problemas multiétnicos, multiculturais, **exige uma nova cultura de tolerância**, almejada por Walzer (1999). Essa não pode abrir mão de um relativismo diante das instituições e dos regimes políticos, assim como da própria cultura dominante, de modo que possa haver um dialogismo entre esse mundo social fragmentado. Sem a imposição de um modelo político totalizante, maximalista, que subestime a diversidade e as diferenças inscritas em todo espaço social.

Não só o relativismo é fundamental para a nova cultura de tolerância; o reconhecimento da alteridade, da identidade do outro se revela crucial para promover o entendimento e a coexistência pacífica entre os diferentes grupos sociais, étnicos, religiosos. A identidade individual só se constrói de fato quando em confrontação com a diferença; o reconhecimento da própria identidade só é possível através do reconhecimento da identidade diversa e diferente da própria, proporcionando uma autodescoberta do próprio indivíduo em conjunto com o outro (OLIVEIRA, 2007).

O outro age menos como inimigo do que como o espelho pelo qual o 'eu' pode se compreender a partir das similitudes e dissimilitudes, aproximações e afastamentos que ocorrem pelo reconhecimento de 'si próprio' no outro. A partir do contraste com o outro, o 'eu' pode reconhecer suas subjetividades de modo que sem o outro, sem o diferente, o diverso, não é possível o reconhecimento de si próprio por parte do 'eu' em todos os aspectos – sociais, culturais, religiosos, de gênero –, de modo que a intolerância representa uma

experiência de não reconhecimento, já que o outro está excluído de participar na esfera do público e do comum.

O reconhecimento e o relativismo, assimilados na perspectiva de ultrapassar a antiga ideia de tolerância, poderão conferir uma nova e mais eficiente forma de relação entre indivíduos pertencentes a diferentes culturas; a individuação só pode ser realizada pela contraposição com um outro diferente, e, por outro lado, nenhuma concepção de bem e/ou vida boa é completa e plenamente satisfatória, sempre necessitando ser confrontada com outras visões (WALZER, 1999).

Toda essa nova cultura da tolerância que pode ser constituída sob outro prisma epistemológico, se aproxima substancialmente do *Ubuntu* – “eu só existo porque nós existimos”. O entendimento, alcançado por esse pensar de raízes africanas, de que o 'eu' só existe em contraposição com um outro, e de que um ser humano é um ser humano a partir das relações que ele traça com outro ser humano, leva à criação de ferramentas conceituais e à adoção de práticas eficazes para se reconhecer/compreender a alteridade; substituindo

a intolerância pela relação harmoniosa e profícua entre os indivíduos diferentes. O 'eu' só se constrói, se forma e se reconhece em relação com o outro, de modo que o outro se torna um colaborador do 'eu', em vez de um rival.

O *Ubuntu* não só reconhece a diferença entre os indivíduos, como a aceita, compreendendo que a confrontação de concepções diversas da existência representa o fator primordial para a formação da identidade. Aceitar o outro o reconhecendo, ou seja, tolerando-o – uma vez assumida a nova concepção de tolerância (WALZER, 1999) –, compreender sem reservas suas diferenças étnicas, culturais, religiosas, de gênero, pode ser um passo decisivo para se modificarem sociedades muito afetadas por conflitos de toda ordem e pela discriminação.

Nelas também se constata o indiferentismo à situação de pessoas originárias de universos culturais diferentes que experimentam, em seus limites, o estado de vulnerabilidade. A condição de refugiado ou expatriado constitui um dentre outros exemplos

dramáticos tomados a um mundo fragmentado.

## 6 CONSIDERAÇÕES

Este trabalho é fruto de muitas leituras – diálogos com autores que (nos) instigam o pensamento, (nos) motivam a prosseguir a reflexão sobre uma questão, a tolerância, que um escritor da envergadura intelectual de José Saramago, em entrevista dada num canal de televisão brasileiro (que a memória só em parte guardou), chamou de a mais desafiadora do nosso tempo. O estudo realizado comprovou que essa questão se tem revelado assim há muito tempo. Demonstrou que existe um profundo enlace entre a história do livro e da leitura, desde Erasmo, e as lutas históricas a favor da tolerância. Lutas essas que não cessaram de todo e que contaram, aliás, com a lucidez de autores como o próprio Saramago – ausente no corpo principal deste trabalho -, em livros como o romance 'Memorial do convento' (visão de Portugal do 'Século das Luzes', em que as trevas da intolerância atingiam os judeus, os cristãos novos e os ciganos) e a peça '*In nomine Dei*',

verdadeiro manifesto contra os fundamentalismos.

Sempre atenta para as apropriações (CHARTIER, 2006) das leituras dos autores selecionados como o ‘núcleo’ central da investigação, esta análise procurou destacar as compreensões que esses escritores – em especial, Erasmo, Locke e Kant – revelaram sobre o infundado da intolerância. Questão também denunciada por Cervantes em seu entremés, ‘O retábulo das maravilhas’.

O enfoque histórico dos livros estrategicamente escolhidos nos levou a inferir que a cultura de tolerância pode ser vista sob diferentes prismas. Tome-se o exemplo de Michael Walzer (1999): esse misto de ensaísta e filósofo político aborda a tolerância a partir de uma visão dos problemas práticos que mudam conforme os diferentes regimes de tolerância. Sua análise recai sobre problemas identificados na Europa, na América do Norte e no Oriente Médio. Em seu modo de ver, a tolerância significa a possibilidade de se imaginar uma pacífica coexistência de grupos de pessoas com diferentes histórias, culturas e identidades; todavia, essa

pacífica coexistência – tão apreciada por pensadores como Erasmo, Voltaire e Kant – pode assumir diferentes formas, com Walzer (1999, p.2) “[...] no cotidiano da vida moral”.

O percurso histórico dos livros focalizados neste trabalho nos dá a entender que a tolerância constitui um elemento inseparável da democracia ou, melhor dizendo, do Estado democrático de Direito; uma das características de democracia, conforme nos lembra Mandela (2013), é alimentar-se das opiniões diversas e antagônicas. Aprendemos com Locke (1978) que a tolerância pode ser entendida como um direito sagrado de cada um defender a sua opinião. Voltaire (2015) também partilhava dessa compreensão e fornece, em seu famoso ‘Tratado’, preciosos subsídios para se construir uma **ética da tolerância**, que a perspectiva filosófica africanista fundada no conceito de *Ubuntu* abarca. Ela deve integrar uma nova cultura de tolerância que se acredita imprescindível em nossa turbulenta atualidade (STROZENBERG; LEITE. 2016): essa ética obriga a cada um respeitar a expressão das ideias contrárias às suas. As práticas leitoras, quando se

fizerem mais constantes, levam ou podem levar todos nós a apreciar o que essa ética contém de legítimo e sadio.

Também foi possível extrair da leitura de Erasmo (2015) uma lição fundamental para fortalecermos, na atualidade, uma cultura de tolerância: a tolerância deve ser valorizada e bem compreendida como um dos antídotos mais poderosos para combater as lógicas fechadas, totalizadoras, purificadoras e excludentes. Um juízo que Cervantes acolheu em ‘Dom Quixote’ e no ‘Retábulo das maravilhas’, manifestando com coragem sua fidelidade ao erasmismo na intolerante Espanha de seu tempo.

Uma vez que contribui para viabilizar a comunicação entre os opostos, a tolerância possibilita a existência de uma ética aberta que se refere à atitude de respeito à verdade do outro. Impossível desconsiderar que a história está cheia de atrocidades cometidas em nome de uma verdade absoluta. Em contrapartida, é talvez difícil encontrar um exemplo de um ato cruel consumado em nome da tolerância.

Nesse ponto final da reflexão torna-se indispensável retornar à

leitura de Kant (1989): em sua opinião, ser livre não significa não acreditar em nada, mas sim acreditar em muitas coisas – portanto, é louvável que o indivíduo tenha muitas convicções e muitos engajamentos. Na visão kantiana, o mais relevante é saber que a liberdade está sempre acompanhada da responsabilidade pelas suas consequências; em outras palavras, a liberdade implica uma consciência.

A tolerância, cabe frisar, é uma exigência fundamental da democracia. Não se pode hoje ser tolerante com a intolerância, nem tampouco com outros **desvalores** – as desigualdades, as injustiças sociais, a exclusão, a indiferença, a passividade, a omissão, a tortura, o racismo, a desonestidade, a corrupção, a cumplicidade espúria, o desmando, a indignidade.

É possível inferir, à luz do estudo realizado, que o bibliotecário, em nossos dias, deve não apenas resguardar e incentivar o direito à informação – que também define a cidadania -, como também promover ações que possam contribuir para o fortalecimento da cultura de tolerância.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Vivaldo. **O pensamento político**: do iluminismo aos nossos dias; entre individualismo e comunidade. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CERVANTES, Miguel de. **Don Quixote de La Mancha**. Madrid: Alianza, 2015.

\_\_\_\_\_. **Entremés**: del retábulo de las maravilhas. Madrid: Fundación Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, [s.d.].

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. Tradução Reginaldo Carmelo Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

\_\_\_\_\_. A “nova” história cultural existe? In: LOPES, Antônio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História e linguagens**: texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p.29-43.

CHARTIER, Roger; CAVALLO, Guglielmo (Orgs.). **História da leitura no mundo ocidental 1**. São Paulo: Ática, 1998. (Coleção Múltiplas Escritas).

\_\_\_\_\_. **História da leitura no mundo ocidental 2**. São Paulo: Ática, 1999. (Coleção Múltiplas Escritas).

ERASMUS. **Praise of folly**. London: Penguin Books, 2016.

HORELLOU-LAFARGE, Chantal; SEGRÉ, Monique. **Sociologia da leitura**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Porto Alegre: L&PM, 1989.

LEITE, Luiz Otávio Ferreira Barreto. Elogio da leitura. **Nosso Caminho**, Rio de Janeiro, v.1, n.9, p.46-47, jan./mar. 2011.

\_\_\_\_\_. Presença de Cervantes. **Nosso Caminho**, Rio de Janeiro, v.1, n.3, p.60-61, nov. 2008.

LOCKE, John. **Carta acerca da tolerância**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

MANDELA, Nelson. **Apontamentos para o futuro**: palavras de sabedoria. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. Preconceito, estigma e intolerância religiosa: a prática da tolerância em sociedades plurais e em Estados multiculturais. **Estudos de Sociologia**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, Recife, v.15, n.1, p.239-264, 2007.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

STROZENBERG, Flora; LEITE, Luiz Otávio Barreto. **In search of a new culture of toleration**: Ubuntu as alternative. Berlin: Lambert, 2016.

VOLTAIRE. **Tratado sobre a tolerância**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.

WADDINGTON, Claudius Bezerra Gomes. O livro e a invenção da modernidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.142, p.135-154, jul./set. 2000.

WALZER, Michael. **Da tolerância**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

**Valéria Marinho Guimarães**  
Universidade Federal do Estado do  
Rio de Janeiro (UNIRIO)  
E-mail: valeria\_marinho@hotmail.com  
**Brasil**